

1 Contexto Operacional

A Marcopolo S.A. (a "Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 abrangem a Marcopolo e suas controladas, controladas em conjunto e investimentos em coligadas (denominadas a "Companhia").

A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

As ações da Marcopolo, sob a sigla "POMO3" e "POMO4" são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são

- mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 16 – contingências;
- Nota 17 – mensuração de obrigações de benefícios a empregados;
- Nota 18 – impostos diferidos;

(d) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.2 Base de consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores

justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Investimentos em empresas com controle compartilhado (*joint ventures*)

Empresas com controle compartilhado (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Portanto as demonstrações financeiras das empresas com controle compartilhado são consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas com controle compartilhado em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

As políticas contábeis das empresas com controle conjunto foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da subsidiária, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa subsidiária. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no

resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

(iv) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Controladas	Denominação	Moeda funcional	País
Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil
Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil
Ilmot International Corporation.	Ilmot	Dólar	Uruguai
Laureano S.A.	Laureano	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo Auto Components Co.	MAC	Remimbi	China
Marcopolo Austrália Holdings PTY LTD.	MP Austrália	Dolar Australiano	Austrália
Pologren Austrália PTY LTD.	Pologren	Dolar Australiano	Austrália
Volgren Austrália PTY LTD.	Volgren	Dolar Australiano	Austrália
Marcopolo Indústria de Carroçarias Lda.	MPC	Euro	Portugal
Marcopolo International Corp.	MIC	Dólar	Ilhas Virgens
Marcopolo International Corporation S.A.	MIC UY	Dólar	Uruguai
Marcopolo Latinoamérica S.A.	Mapla	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo South África Pty Ltd.	Masa	Rand	África do Sul
Marcopolo Trading S.A.	Trading	Reais	Brasil
Moneo Investimentos S.A.	Moneo	Reais	Brasil
Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda.	Syncroparts	Reais	Brasil
PoloAutoRus LLC.	PoloRus	Rublo	Rússia
Polo Serviços em Plásticos Ltda.	Polo Serviços	Reais	Brasil
Polomex S.A. de C.V.	Polomex	Dólar	México
Volare Veículos Ltda	Volare Veículos	Reais	Brasil
Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda	Volare Comércio	Reais	Brasil
Controladas em conjunto	Denominação	Moeda funcional	País
FCO Participações Indústria e Comércio de Componentes Ltda	FCO	Reais	Brasil
GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.	GB Polo	Libra Egípcia	Egito
Loma Hermosa S.A.	Loma	Peso Argentino	Argentina
Metalpar S.A.	Metalpar	Peso Argentino	Argentina
Metalsur Carrocerias S.R.L.	Metalsur	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo Argentina S.A.	Marsa	Peso Argentino	Argentina
Rotas do Sul Logística Ltda.	Rotas do Sul	Reais	Brasil
San Marino Bus de México S.A. de C.V.	San Marino México	Peso Mexicano	México
San Marino Ônibus e Implementos Ltda.	San Marino	Reais	Brasil
Superpolo S.A.	Superpolo	Peso Colombiano	Colômbia
Hanegas S.A.S.	Hanegas	Peso Colombiano	Colômbia
Tata Marcopolo Motors Limited.	TMML	Rupia	Índia
Coligadas	Denominação	Moeda funcional	País
Mercobus S.A.C.	Mercobus	Soles	Peru
MVC Componentes Plásticos Ltda.	MVC	Reais	Brasil
Poloplast Painéis e Componentes Ltda.	Painéis	Reais	Brasil
Spheros Climatização do Brasil S.A.	Spheros	Reais	Brasil
Spheros México S.A. de C.V.	Spheros México	Peso Mexicano	México
Spheros Thermosystems Colombia Ltda.	Spheros Colômbia	Peso Colombiano	Colômbia
WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.	WSul	Reais	Brasil

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas à moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

(c) Empresas da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas e controladas em conjunto, incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- (i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- (ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e
- (iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido.
Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda desses investimentos são reconhecidas no resultado abrangente. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Os ajustes no ágio e no valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou, seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentados pela Companhia. Os custos da

transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem títulos da dívida.

(c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(e) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda compreendem títulos patrimoniais e títulos de dívida.

2.5.2 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data

de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos incluindo algumas ações preferenciais, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldo bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

2.5.3 Redução ao valor recuperável *Impairment*

(a) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio de resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido a Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

(c) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro disponível para venda está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

(d) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.6 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

2.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.10 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos

construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-12

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.11 Ativos intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 3 a 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* pode ser vendido ou usado;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o

desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e

- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

(d) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a fabricação de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(e) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(f) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(g) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento

for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A Companhia realizou cálculo do valor presente para as vendas com prazo de pagamento superiores a 30 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado dos adiantamentos de contrato de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e
- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

2.15 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.16 Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

2.17 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para

imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no semestre, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperada por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.18 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.19 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em considerações o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de venda.

(a) Venda de ônibus

O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.21 Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- Alterações ao IAS 19 /CPC 33 (R1) “Benefícios aos Empregados. Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Esta mudança vai: (i) remover o método corredor e, portanto, deverá ter um efeito significativo sobre as entidades que atualmente aplicam este método para reconhecer ganhos e perdas atuariais e; (ii) eliminar a possibilidade de entidades a reconhecer todas as alterações na obrigação de benefício definido e nos ativos do plano no lucro ou perda, que atualmente é permitido pela IAS 19. Retorno esperado sobre os ativos do plano reconhecido nos lucros ou prejuízos calculados com base na taxa utilizada para desconto da obrigação de benefícios, para muitas entidades essa mudança vai reduzir o lucro líquido. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 09: “Instrumentos financeiros” (2009-2010).
O IFRS 09 (2009), introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 09 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseados no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais.

IFRS 09 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 09 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*. O IFRS 09 (2009 e 2010) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 09 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

- IFRS 10 / CPC 36 (R2) “Demonstrações Financeiras Consolidadas” IFRS 10 fornece um modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas, incluindo as entidades que são SPEs no escopo do SIC 12. As principais mudanças são: (i) avaliação da existência de controle será significativamente baseada em julgamento; (ii) o modelo de controle único aplica-se a todas as investidas; (iii) a identificação de controle sob uma investida pode ser alterada quando diversos investidores têm a capacidade de dirigir diferentes atividades da investida; (iv) definição de controle de fato está incluído no modelo; (v) avaliação de controle baseado em direitos de voto potenciais substantivos em contraposição aos direitos de voto potenciais atualmente exercíveis; (vi) exposição ou o direito à variabilidade de retorno substitui o conceito de benefício; (vii) *guidance* para definição de “agente versus principal” introduzida explicitamente; (viii) *guidance* para o investidor avaliar a existência de poder sobre um silo em vez sobre pessoa jurídica como um todo; (ix) direitos de proteção são definidos e uma orientação explícita sobre direitos de destituição da administração é introduzida. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 / CPC 19 (R2) “Contratos Compartilhados”. O IFRS 11 introduziu 2 aspectos, sendo: (i) é extraído do IAS 31 as entidades controladas em conjunto, em que embora haja veículos separados, essa separação não é efetiva por alguma razão. Esses acordos são tratados como ativos/operações controladas em conjunto, no IFRS 11 chamados de operações conjuntas; (ii) as entidades que não se enquadrem como uma operação conjunta, deverão ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial (i.e. não é mais permitida a consolidação proporcional). Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 / CPC 45 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”. O IFRS 12 contém requerimentos de divulgação bastante extensa para entidades que possuem participações em subsidiárias, *joint ventures*, coligadas e/ou entidades não consolidadas. As divulgações exigidas têm como objetivo fornecer informações para possibilitar como que os usuários avaliem: (i) a natureza e os riscos associados às participações de uma entidade em outras entidades; (ii) as divulgações ampliadas sobre controladas, acordos conjuntos e coligadas; (iii) novas divulgações sobre entidades estruturadas não consolidadas; (iv) os efeitos dessas participações na posição financeira da entidade, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”. O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 / CPC 35 (R2) “Demonstrações Financeiras Separadas”. As alterações do IAS 27 tem o objetivo de estabelecer a contabilização e divulgação de investimentos em subsidiárias *joint ventures*, e coligadas quando uma entidade optar, ou for exigida pelos regulamentos locais, apresentar demonstrações financeiras separadas. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IAS 28 “Investimentos em Coligadas Entidades com Controle Compartilhado”. O objetivo do IAS 28 (revisado em 2011) é o de prescrever a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando contabilização de investimentos em coligadas e *joint ventures*. [IAS 28 (2011).1]. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- Alterações ao IAS 32 e IFRS 7 (2011) – Novos. As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros. Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As alterações esclarecem: (i) o significado de “dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido” (*currently has a legally enforceable right of set-off*); e (ii) que alguns sistemas de liquidação pelo valor bruto podem ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e sua aplicação é requerida retrospectiva. As alterações são parte de projeto de compensação do IAS. Como parte desse projeto, o IASB emitiu também separadamente *Disclosures – Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities (Amendments to IFRS 7)*, as alterações deste IFRS irá conter novos requerimentos de divulgação para ativos financeiros e passivos financeiros sendo eles: (i) compensação a demonstração financeira; ou (ii) sujeitas a acordos principais de compensação ou acordos semelhantes. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

(c) Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios definidos a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada

para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;

- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrentes de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente; e
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer variações, pois os seus passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir (em milhares de reais):

2012

	Contas a receber	Fornecedores	Empréstimos	Forwards (*)
Moedas				
Dólares americanos	237.312	20.001	85.043	233.238
Dólares australiano	10.788	25.708	63.687	3.148
Pesos argentinos	17.106	10.834	8.245	-
Rúpias indianas	5.235	32.738	5.297	-
Randes sul-africanos	12.677	15.802	30	4.858
Euros	1	297	-	-
Libras egípcias	83	1.005	-	-
Pesos colombianos	18.101	2.144	12.217	-
Remimbis chinês	7.973	3.536	10.846	-
	<u>309.276</u>	<u>112.065</u>	<u>185.365</u>	<u>241.244</u>

2011

	Contas a receber	Fornecedores	Empréstimos	Forwards (*)
Moedas				
Dólares americanos	204.140	12.108	61.726	227.816
Pesos argentinos	22.465	5.666	4.885	-
Rúpias indianas	4.178	26.115	13.618	-
Randes sul-africanos	4.759	5.649	-	5.475
Euros	939	1.039	-	-
Libras egípcias	433	647	-	-
Pesos colombianos	12.843	13.219	11.563	-
Remimbis chinês	4.516	397	6.237	-
	<u>254.273</u>	<u>64.840</u>	<u>98.029</u>	<u>233.291</u>

(*) Os contratos de *forwards* indicados acima referem-se a posição vendida de dólares norte-americanos para as operações no Brasil, posição comprada de dólares norte-americanos para as operações na África do Sul, cuja moeda funcional é o rande sul-africano e posição comprada de dólares norte-americanos para as operações na Austrália, cuja moeda funcional é o dólar australiano.

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Risco de preço de vendas e compras

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 25,6% das receitas previstas para 2013, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração.

De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 38,0% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 25.793 (controladora) e R\$ 70.885 (consolidado) em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 27.650 e R\$ 58.730 em 31 de dezembro de 2011) representativos de 3,7% e 4,1%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e consolidado em aberto (5,3% e 4,2% em 31 de dezembro de 2011), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas permanentemente pela área de Tesouraria.

					2012
					<u>Fluxo de caixa contratual</u>
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Total</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos	1.340.728	1.409.172	1.002.026	363.337	43.809
Fornecedores	382.264	382.264	382.264	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	247	247	247	-	-
					2011
					<u>Fluxo de caixa contratual</u>
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Total</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos	1.482.338	1.712.754	1.350.699	352.089	9.966
Fornecedores	324.261	324.261	324.261	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	5.319	5.319	5.319	-	-

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros

cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		7,00	8,75	10,50
TJLP - %		5,00	6,25	7,50
Taxa cambial - US\$		1,95	2,44	2,92
LIBOR - %		1,00	1,25	1,50
Custo do ACC deságio - %		3,00	3,75	4,50
	Aplicações financeiras	18.233	20.996	23.745
	Relações interfinanceiras	66.178	73.607	81.035
	Empréstimos e financiamentos	(55.155)	(81.237)	(107.326)
	<i>Forwards</i>	12.631	(40.596)	(92.723)
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	(9.882)	41.975	93.832
		<u>32.005</u>	<u>14.745</u>	<u>(1.437)</u>

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos controladores e benefícios para demais acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital.

Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais em que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (*Balanced Score Card*) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionados aos objetivos são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida líquida/EBITDA e Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram:

- WACC - entre 8% e 12% a.a.;
- dívida líquida/EBITDA - entre 1,50x e 2,50x;
- relação dívida líquida/patrimônio líquido - entre 25% e 75%.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2012	2011
Total dos empréstimos (Nota 5.e)	1.340.728	1.482.338
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7.1)	(393.945)	(904.318)
Dívida líquida	<u>946.783</u>	<u>578.020</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.299.925</u>	<u>1.162.144</u>
Total do capital	<u>2.246.708</u>	<u>1.740.164</u>
Índice de alavancagem financeira - %	73	50

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012:

	Consolidado	
	2012	2011
Nível 2		
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Fundo de investimento renda fixa	1.420	1.803
Derivativos para negociação	3.523	591
Ativos disponíveis para venda		
Certificados de depósitos bancários	130.747	116.371
	<u>135.690</u>	<u>118.765</u>
Passivos		
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado		
Derivativos para negociação	247	4.690
	<u>247</u>	<u>4.690</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

- (i) Aplicações financeiras - As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- (ii) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(b) Empréstimos e recebíveis

- (i) Caixa e equivalente de caixa - Os saldos em contas correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos.
- (ii) Contas a receber de clientes - Valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços.
- (iii) Partes relacionadas – Representada por empréstimos de mútuo.
- (c) **Disponível para venda**
- (i) Aplicações financeiras – Representada por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.
- (d) **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**
- (i) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.
- (e) **Outros passivos financeiros**
- (i) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

Natureza do ativo	2012		2011	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	1.340.728	1.342.044	1.482.338	1.464.939

- (ii) Fornecedores – Representado por valores a pagar por compra de mercadorias e serviços.

(f) **Instrumentos financeiros derivativos**

O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward*. Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados na rubrica de instrumentos financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas (despesas) financeiras - variação cambial.

Ativos

					Valor nocional	Valor justo		Valores a receber	
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	2012	2012	2011	2012	2011
Marcopolo					USD mil				
	BBA	Venda				-	30	-	30
	BRADESCO	Venda	30.07.12	28.03.13	10.350	275	170	275	170
	BRASIL	Venda	08.08.12	17.01.13	950	27	92	27	92
	CITIBANK	Venda	29.08.12	29.01.13	950	41	-	41	-
	JP MORGAN	Venda	26.07.12	16.05.13	29.750	698	-	698	-
	MERRILL LYNCH	Venda	25.07.12	28.03.13	31.600	1.161	273	1.161	273
	PACTUAL	Venda	29.08.12	26.03.13	3.600	150	-	150	-
	SANTANDER	Venda	25.07.12	21.03.13	14.050	486	-	486	-
	VOTORANTIM	Venda	10.09.12	21.05.13	14.000	504	63	504	63
	SAFRA	Venda	11.12.12	12.03.13	950	38	-	38	-
						3.380	628	3.380	628

<u>Ciferal</u>	BRADESCO	Venda	19.12.12	29.01.13	2.700	62	1	62	1
						62	1	62	1
<u>San Marino</u>	HSBC	Venda	01.08.12	22.01.13	<u>USD mil</u> 2.635	41	-	41	-
	ITAÚ-BBA	Venda	01.08.12	23.01.13	2.635	36	-	36	-
						77		77	
<u>Masa</u>	ABSA	Compra	07.09.12	31.01.13	<u>USD mil</u> 140	4	591	4	591
						4	591	4	591
						3.523	1.220	3.523	1.220

Passivos

<u>Empresa</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Posição</u>	<u>Inicial</u>	<u>Final</u>	<u>Valor nocional</u> <u>2012</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Valores a receber</u>	
						<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Marcopolo</u>					<u>USD mil</u>				
	BBA	Venda				-	(290)	-	(290)
	BRADESCO	Venda				-	(1.011)	-	(1.011)
	MERRILL LYNCH	Venda				-	(2.181)	-	(2.181)
	SANTANDER	Venda				-	(41)	-	(41)
	VOTORANTIM	Venda				-	(745)	-	(745)
						-	(4.268)	-	(4.268)
<u>Ciferal</u>					<u>USD mil</u>				
	BBA	Venda				-	(71)	-	(71)
	BRADESCO	Venda				-	(856)	-	(856)
	BRASIL	Venda				-	(108)	-	(108)
	SANTANDER	Venda				-	(16)	-	(16)
						-	(1.051)	-	(1.051)
<u>Masa</u>					<u>USD mil</u>				
	ABSA	Compra	20.11.12	08.02.13	265	(27)	-	(27)	-
	STD	Compra	19.10.12	28.02.13	1.973	(128)	-	(128)	-
						(155)	-	(155)	-
<u>MP</u>					<u>USD mil</u>				
<u>Austrália</u>	Western Union	Compra	04.07.12	04.06.13	1.550	(92)	-	(92)	-
						(92)	-	(92)	-
						(247)	(5.319)	(247)	(5.319)

Os valores auferidos de ganhos e perdas com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão demonstrados na nota explicativa 26.

6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

(a) **Controladas**

	Percentual de participação			
	2012		2011	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Banco Moneo	-	100,00	-	100,00
Ciferal	99,99	0,01	99,99	0,01
Ilmot	100,00	-	100,00	-
Laureano	-	100,00	-	100,00
MAC	100,00	-	100,00	-
MPC	70,00	30,00	70,00	30,00
MIC	100,00	-	100,00	-
MIC UY	100,00	-	100,00	-
Mapla	99,99	0,01	99,99	0,01
Masa	100,00	-	100,00	-
Trading	99,99	-	99,99	-
Moneo	100,00	-	100,00	-
MP Austrália	100,00	-	-	-
Pologren (1)	-	75,00	-	-
Volgren (1)	-	75,00	-	-
PoloRus	100,00	-	100,00	-
Polo Serviços	99,00	1,00	99,00	1,00
Polomex	3,61	70,39	3,61	70,39
Syncroparts	99,99	0,01	99,99	0,01
Volare Veículos	99,90	0,10	-	-
Volare Comércio	99,90	0,10	-	-

(1) Consolida na MP Austrália;

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados;
- (d) Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- (e) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) **Empresas com controle compartilhado (*joint ventures*)**

	Percentual de participação			
	2012		2011	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em conjunto				
FCO	-	50,00	-	-
GB Polo	49,00	-	49,00	-
Loma	50,00	-	50,00	-
Metalpar (1)	-	50,00	-	50,00

	Percentual de participação			
	2012		2011	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Metalsur (1)	-	51,00	-	-
Marsa (1)	-	50,00	-	50,00
San Marino	45,00	-	45,00	-
Rotas do Sul (2)	-	45,00	-	45,00
San Marino México (2)	-	45,00	-	45,00
Superpolo	-	50,00	-	50,00
Hanegas	49,875	0,125	49,875	0,125
TMML	49,00	-	49,00	-

(1) Consolida na *joint ventures* Loma;

(2) Consolida na *joint ventures* San Marino.

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro (prejuízo)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
FCO	348	-	36	-	-	-	(141)	-
GBPollo	69.979	70.013	62.013	52.269	16.676	13.392	(10.419)	(9.381)
Loma	97.291	89.163	50.704	43.080	134.602	193.566	2.708	21.385
San Marino	280.907	204.064	197.796	142.753	409.393	381.401	27.705	29.832
Superpolo	132.132	134.932	59.765	77.130	180.356	250.232	13.431	21.824
Hanegas	5.817	4.874	6.609	5.519	-	-	(18)	(648)
TMML	142.829	125.958	88.315	81.411	231.079	180.598	7.175	7.237

(c) Coligadas (não consolidadas)

	Percentual de participação			
	2012		2011	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Coligadas				
Mercobus	40,00	-	-	-
MVC	26,00	-	26,00	-
Painéis (1)	-	26,00	-	26,00
Spheros	40,00	-	40,00	-
Spheros Colombia (2)	-	40,00	-	40,00
Spheros México (2)	-	40,00	-	40,00
WSul	30,00	-	30,00	-

(1) Consolida na coligada MVC;

(2) Consolida na coligada Spheros.

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Mercobus	1.274	-	401	-	-	-	-	-
MVC	138.676	104.587	94.372	70.297	154.085	120.915	9.999	9.554
Spheros	50.840	41.946	17.875	16.371	124.137	114.854	15.963	13.875
WSul	8.929	10.167	1.465	2.053	21.320	20.237	1.351	1.396

7 Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros e derivativos

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e depósitos bancários				
No Brasil	26.615	24.979	39.843	35.921
No exterior	146	-	46.698	26.207
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata				
No Brasil (*)	206.358	714.970	304.062	840.965
No exterior	-	-	3.342	1.225
Total do caixa e equivalente de caixa	<u>233.119</u>	<u>739.949</u>	<u>393.945</u>	<u>904.318</u>

(*) Corresponde substancialmente a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 95,5% e 103,3% do CDI, resultando uma média ponderada de 98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2012.

7.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Mantidos para negociação				
Fundos de investimentos de renda fixa	1.093	1.803	1.420	1.803
Disponíveis para venda				
Certificados de depósitos bancários	130.747	-	130.747	-
	<u>131.840</u>	<u>1.803</u>	<u>132.167</u>	<u>1.803</u>
Não circulante				
Disponíveis para venda				
Certificados de depósitos bancários	-	116.152	-	116.371
Partes relacionadas	36.942	20.432	-	-
	<u>36.942</u>	<u>136.584</u>	<u>-</u>	<u>116.371</u>

Os certificados de depósitos bancários são remunerados a taxas que variam entre 10,6% a.a. e 13,2% a.a., resultando uma média ponderada de 12,6% a.a..

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accounting* de acordo com IAS 39.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
No mercado nacional	463.603	344.583	611.099	487.496
No mercado externo	184.192	126.953	316.945	236.916
Partes relacionadas	48.320	49.080	-	-
Relações interfinanceiras	-	-	271.239	255.275
Ajuste a valor presente	(2.278)	(3.267)	(3.537)	(5.374)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.793)	(27.650)	(68.631)	(54.096)
	<u>668.044</u>	<u>489.699</u>	<u>1.127.115</u>	<u>920.217</u>
Não circulante				
No mercado externo	-	-	729	-
Relações interfinanceiras	-	-	473.489	438.459
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(2.254)	(4.634)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>471.964</u>	<u>433.825</u>
	<u>668.044</u>	<u>489.699</u>	<u>1.599.079</u>	<u>1.354.042</u>

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Valores a vencer	442.930	394.207	1.328.726	1.230.882
Vencidos:				
Até 30 dias	109.758	42.388	143.083	62.799
Entre 31 e 60 dias	30.620	13.158	44.977	18.702
Entre 61 e 90 dias	22.642	6.234	31.575	10.123
Entre 91 e 180 dias	22.387	15.614	33.508	26.699
Acima de 181 dias	67.778	49.015	91.632	68.941
Ajuste a valor presente	(2.278)	(3.267)	(3.537)	(5.374)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.793)	(27.650)	(70.885)	(58.730)
	<u>668.044</u>	<u>489.699</u>	<u>1.599.079</u>	<u>1.354.042</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2011	(31.981)	(64.510)
Provisão registrada no exercício	(6.361)	(14.042)
Reversão de provisão contra contas a receber (<i>write-off</i>)	10.692	21.408
Variação cambial	-	(1.586)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(27.650)	(58.730)
Provisão registrada no exercício	(6.792)	(30.604)
Reversão de provisão contra contas a receber (<i>write-off</i>)	8.649	19.865
Variação cambial	-	(1.416)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(25.793)</u>	<u>(70.885)</u>

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Reais	483.852	331.938	1.290.288	1.131.018
Dólar Norte-americano	184.192	157.761	236.510	172.391
Dólar Australiano	-	-	10.718	-
Euro	-	-	1	939
Peso Argentino	-	-	17.416	22.918
Peso Colombiano	-	-	18.101	12.843
Peso Mexicano	-	-	78	47
Rand	-	-	12.677	4.759
Rupia	-	-	5.235	4.178
Libra Egípcia	-	-	83	433
Remimbi	-	-	7.972	4.516
	<u>668.044</u>	<u>489.699</u>	<u>1.599.079</u>	<u>1.354.042</u>

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	77.510	103.036	109.449	120.830
Produtos em elaboração	29.015	30.066	63.562	45.884
Matérias-primas e auxiliares	129.484	115.886	224.150	190.158
Adiantamentos a fornecedores e outros	6.612	3.524	18.263	14.472
Provisão para perdas nos estoques	(417)	(389)	(5.922)	(3.014)
	<u>242.204</u>	<u>252.123</u>	<u>409.502</u>	<u>368.330</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2011	(878)	(4.423)
Reversão de provisão	1.054	2.025
Provisão registrada no exercício	<u>(565)</u>	<u>(616)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(389)	(3.014)
Reversão de provisão	203	1.195
Provisão registrada no exercício	<u>(231)</u>	<u>(4.103)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(417)</u>	<u>(5.922)</u>

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ)	21.222	12.651	23.847	14.397
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	5.860	5.072	6.195	5.719
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	8.283	4.967	9.872	7.502
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	20.616	3.862	21.761	4.893
Programa de Integração Social (PIS)	2.530	561	2.928	1.059
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	10.695	1.687	14.153	5.292
Reintegra	4.256	-	4.644	-
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	17.927	13.103
Outros	-	1.387	538	1.501
	<u>73.462</u>	<u>30.187</u>	<u>101.865</u>	<u>53.466</u>
Não circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.453	1.712	3.873	1.921
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	2.268	1.871
	<u>1.453</u>	<u>1.712</u>	<u>6.141</u>	<u>3.792</u>
	<u>74.915</u>	<u>31.899</u>	<u>108.006</u>	<u>57.258</u>

11 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Controladas	546.344	434.163	-	-
Controladas em conjunto	156.367	146.285	-	-
Coligadas	27.811	21.577	27.811	21.577
Outros investimentos (*)	-	-	11.387	225
	<u>730.522</u>	<u>602.025</u>	<u>39.198</u>	<u>21.802</u>

(*) Em 14 de dezembro de 2012 a Marcopolo S/A, através de sua coligada Metalpar Argentina S.A. assinou contrato de compra de participação na empresa Metalsur Carrocerias S.R.L. no montante de R\$ 10.498. A Companhia encontrava-se, na data das demonstrações financeiras, ainda em processo de levantamento das informações para valorização a valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos nesta aquisição em conformidade com o CPC 15 e IFRS 3. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a 1 ano da data de aquisição conforme parágrafo 45 da referida norma.

(a) Investimento em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas																	Total
	Ciferal	Ilmot	Mac	Mapla	MP Austrália	Masa	MIC	MPC	Moneo	PoloRus	Polo	Polomex	Syncro	Trading	Volare Veículos	Volare Comércio	
	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	
Dados dos Investimentos																	
Capital social	20.000	31.461	6.750	832	47.671	7.502	2.860	3.650	100.000	2.279	500	18.006	4.000	3.000	50	989	
Patrimônio líquido ajustado	195.167	70.001	6.616	506	47.375	32.139	216	(9.707)	178.402	1.519	9.222	48.151	14.821	5.032	(58)	(334)	
Ações ou quotas possuídas	499.953	50.000	1	4.000	75	100.000	1.400.000	1	100.000	1	1	3.011.659	1	3.450.103	19.980	999	
% de participação	99,99	100,00	100,00	99,99	75,00	100,00	100,00	70,00	100,00	100,00	99,00	3,61	99,99	99,99	99,90	99,90	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	32.488	12.876	72	(58)	(697)	4.412	(997)	(463)	25.740	(575)	232	8.955	583	318	(108)	(1.323)	
Movimentação dos investimentos																	
Saldos iniciais:																	
Pelo valor patrimonial	162.679	54.293	6.092	597		26.654	1.142	(5.830)	158.962	258	8.993	1.298	14.237	4.788			434.163
Integralização de capital										1.557					50	989	2.596
Aquisição de participação					41.553												1.208
Dividendos recebidos		(5.812)							(6.113)					(74)			41.553
Resultado de equivalência patrimonial																	(11.999)
Ajustes acumulados de conversão	32.488	12.876	72	(58)	(598)	4.412	(997)	(324)	25.740	(575)	229	323	583	318	(108)	(1.323)	73.058
Ganhos/perdas atuariais		8.644	452	(33)	6.420	1.073	71	(641)		279		117					16.382
Redução de capital											(9.222)						(187)
Saldos finais:																	(9.222)
Pelo valor patrimonial	195.167	70.001	6.616	506	47.375	32.139	216	(6.795)	178.402	1.519	-	1.738	14.820	5.032	(58)	(334)	546.344
																	434.163

Controladas em conjunto (joint ventures)

Total						
	GBPolo	Hanegas	Loma	San Marino	TMML	
	(1)	(1)	(1)		(1)	
Dados dos investimentos						
Capital social	31.484	4	40.910	48.511	63.155	
Patrimônio líquido ajustado	7.967	(790)	46.588	83.111	54.514	
Ações ou quotas possuídas	4.803.922	1.800	15.949.948	7.478.482	24.500	
% de participação	49,00	49,875	50,00	45,00	49,00	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(10.418)	(18)	2.708	27.705	7.176	
Movimentação dos investimentos						
Saldos iniciais:						
Pelo valor patrimonial	8.694	(321)	53.494	62.590	21.828	115.460
Integralização de capital	-	-	11.642	-	-	2
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	2.260
Ágio	-	-	-	-	-	9.527
Dividendos recebidos	-	-	(10.833)	(2.674)	-	(4.491)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.105)	(9)	1.354	12.452	3.516	22.744
Ajustes acumulados de conversão	314	(64)	(1.911)	32	1.368	783
Saldos finais:						
Pelo valor patrimonial	3.903	(394)	53.746	72.400	26.712	146.285

	Coligadas					
	Total					
	MVC	Mercobus	Spheros	WSul	2012	2011
		(1)				
Dados dos investimentos						
Capital social	34.011	464	15.000	6.100		
Patrimônio líquido ajustado	44.282	2.182	32.965	7.464		
Ações ou quotas possuídas	1	232	244.898	1.830.000		
% de participação	26,00	40,00	40,00	30,00		
Lucro líquido do exercício	10.000	0	15.963	1.351		
Movimentação dos investimentos						
Saldos iniciais:						
Pelo valor patrimonial	8.913	-	10.230	2.434	21.577	22.133
Aquisição de participação	-	873	-	-	873	-
Dividendos recebidos	-	-	(3.500)	(600)	(4.100)	(6.382)
Resultado de equivalência patrimonial	2.600	-	6.385	405	9.390	8.404
Ajustes acumulados de conversão	-	-	71	-	71	(105)
Alienação de investimento	-	-	-	-	-	(2.473)
Saldos finais:						
Pelo valor patrimonial	11.513	873	13.186	2.239	27.811	21.577

(1) Controlada no exterior.

(2) Com a entrada em vigor do CPC 2 “Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis”, a controlada passou a utilizar o dólar-americano como moeda funcional.

(b) Aquisição de controlada – Volgren Australia Pty. Limited

A Companhia concluiu em 1º de fevereiro de 2012 a aquisição de controle na empresa Volgren Australia Pty. Limited (“Volgren”), sediada em Melbourne, Austrália. Para esta aquisição, a Companhia seguiu as seguintes etapas:

- Criação de uma empresa estabelecida na Austrália, controlada em 100% pela Marcopolo, sob o nome de Marcopolo Australia Holdings Pty Ltd.;
- Criação de outra empresa estabelecida na Australia, sob o nome de “Pologren Australia Holdings Pty Ltd. (“Pologren”). Esta empresa foi criada com 75% de participação da Marcopolo Australia Holdings PTy Ltd e 25% de participação da Grenda Corporation Pty Ltd (“Grenda”), antiga controladora da Volgren.;
- Aquisição de 100% das ações detidas pelos acionistas anteriores da Volgren pela Pologren.

O preço de aquisição de 75% de participação, já pago pela Companhia, indiretamente através da Pologren, representa o valor de A\$ 52,5 milhões (dólares australianos). Além deste montante, ao valor pago a Companhia tem contraprestações contingentes baseados em ajustes pelos resultados efetivos com base no EBITDA dos próximos três anos. Estes montantes foram mensurados a valor justo, baseado na expectativa do EBITDA efetivo dos próximos três anos, descontado a valor presente na data de aquisição.

No contrato de aquisição ainda foram emitidas opções de compra da participação dos acionistas não controladores da Companhia, com prazo de exercício em até três anos a partir da data de fechamento da operação, com preço baseado na média do EBITDA dos três anos anteriores ao exercício da opção. Caso esta opção não seja exercida pela Companhia, os acionistas não controladores passam a ter direito a exercer uma opção de venda de sua participação, com mesmo preço de exercício, com prazo de um ano após o vencimento da opção de compra da Marcopolo.

Considerando a opção de venda mantida pelo acionista não controlador, a Companhia incluiu em seu preço de compra o preço esperado de exercício da opção descontado a valor presente, tendo como contrapartida passivo não circulante. Ao mesmo tempo, como política contábil, a Companhia optou em adotar método de aquisição antecipada da participação dos acionistas não controladores, baixando a participação dos acionistas não controladores no mesmo momento do reconhecimento do passivo relacionado à opção de venda da participação remanescente a favor dos acionistas não controladores.

A soma dos valores mencionados acima foram comparados com o valor justo avaliado de forma preliminar dos ativos líquidos adquiridos, resultando nos seguintes montantes:

	<u>A\$ mil</u>
Preço inicial de aquisição	52.500
Valor adicional sobre preço compra (*)	3.919
Considerações contingentes	7.823
Preço de exercício de opção a valor presente	16.995
Ativos líquidos estimados a valor justo	(14.204)
Alocação do preço de compra em ativos intangíveis	(9.481)
Alocação do preço de compra em ativos imobilizados	<u>(1.357)</u>
Ágio remanescente na operação	56.195

(*) Conforme estabelecido no contrato de aquisição inicial, esse valor adicional corresponde a diferença entre os ativos líquidos assumidos na data de aquisição e os ativos líquidos projetados anteriormente, durante o processo de negociação de aquisição de controle na Volgren.

O ágio remanescente, convertido em reais em 31 de dezembro de 2012, foi mensurado em R\$ 119.059. Os valores referentes a considerações contingentes e preço de exercício de opção a valor presente está apresentado no passivo não circulante, no montante de R\$ 53.903 em 31 de dezembro de 2012 (obrigações por compra de participações societárias).

12 Imobilizado

(a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	14.471	37.381	62.277	1.955	3.313	1.911	98	18.462	139.868
Adições	30	4.166	16.646	979	1.700	775	-	8.805	33.101
Baixas	-	(1.261)	(330)	(13)	(43)	(106)	-	(19)	(1.772)
Transferências	-	15.362	1.311	-	-	-	-	(16.673)	-
Depreciações	-	(1.812)	(9.394)	(380)	(1.284)	(424)	-	-	(13.294)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	14.501	53.836	70.510	2.541	3.686	2.156	98	10.575	157.903
Custo do imobilizado	14.501	116.194	157.909	6.471	13.243	4.278	98	10.575	323.269
Depreciação acumulada	-	(62.358)	(87.399)	(3.930)	(9.557)	(2.122)	-	-	(165.366)
Valor residual	14.501	53.836	70.510	2.541	3.686	2.156	98	10.575	157.903
Saldos em 31 de dezembro de 2011	14.501	53.836	70.510	2.541	3.686	2.156	98	10.575	157.903
Adições	3.370	13.137	14.738	1.046	4.291	500	-	11.342	48.424
Baixas	-	(68)	(755)	(32)	(206)	(35)	-	(1)	(1.097)
Transferências	-	998	900	348	(7)	-	-	(2.239)	-
Depreciações	-	(1.907)	(10.283)	(433)	(1.553)	(470)	-	-	(14.646)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	17.871	65.996	75.110	3.470	6.211	2.151	98	19.677	190.584
Custo do imobilizado	17.871	130.147	171.498	7.773	14.803	4.643	98	19.677	366.510
Depreciação acumulada	-	(64.151)	(96.388)	(4.303)	(8.592)	(2.492)	-	-	(175.926)
Valor residual	17.871	65.996	75.110	3.470	6.211	2.151	98	19.677	190.584
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0			

(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	23.405	114.714	115.245	7.370	3.751	4.435	8.485	41.356	318.761
Efeito cambial	153	1.223	(2.003)	(98)	2	337	(161)	1.664	1.117
Adições	1.023	8.895	27.021	1.808	1.793	2.031	4.757	20.145	67.473
Baixas	-	(1.339)	(2.601)	(30)	(43)	(1.018)	(1.103)	(274)	(6.408)
Transferências	148	20.846	4.613	141	66	260	(4.451)	(21.623)	-
Depreciações	-	(4.204)	(16.345)	(1.107)	(1.314)	(944)	(3.462)	-	(27.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	24.729	140.135	125.930	8.084	4.255	5.101	4.065	41.268	353.567
Custo do imobilizado	24.729	224.438	267.126	15.640	14.942	10.069	9.854	41.268	608.066
Depreciação acumulada	-	(84.303)	(141.196)	(7.556)	(10.687)	(4.968)	(5.789)	-	(254.499)
Valor residual	24.729	140.135	125.930	8.084	4.255	5.101	4.065	41.268	353.567
Saldos em 31 de dezembro de 2011	24.729	140.135	125.930	8.084	4.255	5.101	4.065	41.268	353.567
Efeito cambial	447	4.198	4.341	323	(3)	227	231	(1.161)	8.603
Adições	5.577	36.407	50.508	1.956	4.614	2.772	1.913	27.387	131.134
Baixas	-	(289)	(802)	(46)	(208)	(230)	(3)	(1.036)	(2.614)
Transferências	474	4.244	3.110	356	(7)	-	-	(8.177)	-
Depreciações	-	(5.699)	(24.333)	(1.429)	(1.708)	(1.377)	(1.229)	-	(35.775)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	31.227	178.996	158.754	9.244	6.943	6.493	4.977	58.281	454.915
Custo do imobilizado	31.227	269.649	343.916	18.702	16.758	12.921	11.742	58.281	763.196
Depreciação acumulada	-	(90.653)	(185.162)	(9.458)	(9.815)	(6.428)	(6.765)	-	(308.281)
Valor residual	31.227	178.996	158.754	9.244	6.943	6.493	4.977	58.281	454.915
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0	13,0		

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado da controlada Ciferal, em garantia de empréstimos na modalidade FINEP no montante de R\$ 13.500 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 13.500 em 31 de dezembro de 2011).

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

13 Ágio e intangível

(a) Síntese da movimentação do intangível da controladora

	<i>Softwares</i>	Marcas registradas e licenças	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	15.210	130	15.340
Adições	1.367	-	1.367
Baixas	(2)	-	(2)
Amortizações	(7.095)	(36)	(7.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>9.480</u>	<u>94</u>	<u>9.574</u>
Custo do intangível	43.867	1.216	45.083
Amortização acumulada	<u>(34.387)</u>	<u>(1.122)</u>	<u>(35.509)</u>
Valor residual	<u>9.480</u>	<u>94</u>	<u>9.574</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	9.480	94	9.574
Adições	2.640	6	2.646
Baixas	(51)	-	(51)
Amortizações	<u>(7.361)</u>	<u>(27)</u>	<u>(7.388)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>4.708</u>	<u>73</u>	<u>4.781</u>
Custo do intangível	46.092	1.223	47.315
Amortização acumulada	<u>(41.384)</u>	<u>(1.150)</u>	<u>(42.534)</u>
Valor residual	<u>4.708</u>	<u>73</u>	<u>4.781</u>
Taxas anuais de amortização - %	20,0	7,0	

(b) Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado

	<i>Softwares</i>	Marcas registradas e licenças	Carteira de clientes	Outros Intangíveis	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	16.538	378	-	-	55.926	72.842
Efeito cambial	36	-	-	-	-	36
Adições	1.791	15	-	1.318	9.527	12.651
Baixas	(26)	-	-	-	-	(26)
Transferências	1.318	-	-	(1.318)	-	-
Amortizações	<u>(8.172)</u>	<u>(36)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.208)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>11.485</u>	<u>357</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65.453</u>	<u>77.295</u>
Custo do intangível	49.599	1.480	-	497	65.453	117.029
Amortização acumulada	<u>(38.114)</u>	<u>(1.123)</u>	<u>-</u>	<u>(497)</u>	<u>-</u>	<u>(39.734)</u>
Valor residual	<u>11.485</u>	<u>357</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65.453</u>	<u>77.295</u>

Polomex	-	-	-	8.435	-	38.977	-	-	-
Polorus	-	-	-	-	-	-	705	-	-
San Marino	-	-	-	404	55	1.319	-	-	-
Superpolo	-	-	-	1.835	-	7.772	-	-	-
Syncroparts	1	-	-	-	-	-	-	1	-
TMML	-	-	-	8.343	-	5.681	-	-	-
Trading	28	-	-	-	-	-	-	1	1
Volare Veículos	518	-	-	-	-	-	-	-	-
Volare Comércio	79	-	-	-	-	-	-	1	-
Saldo em 2012	<u>36.942</u>	<u>20</u>	<u>9.048</u>	<u>48.320</u>	<u>217</u>	<u>153.191</u>	<u>4.322</u>	<u>375</u>	<u>3</u>
Saldo em 2011	<u>20.432</u>	<u>30</u>	<u>49.080</u>	<u>49.080</u>	<u>187</u>	<u>174.269</u>	<u>3.440</u>	<u>274</u>	<u>-</u>

	Saldos ativos por mútuo e conta- corrente	Saldos passivos por mútuo e conta- corrente	Outras contas a pagar	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Vendas de produtos/ serviços	Compras de produtos/ serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controladas									
MVC	-	-	-	229	973	1.572	7.174	-	-
Spheros	-	-	-	-	2.567	-	42.508	-	-
WSul	-	-	-	-	794	-	8.146	-	-
Saldo em 2012	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>229</u>	<u>4.334</u>	<u>1.572</u>	<u>57.828</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 2011	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>490</u>	<u>4.657</u>	<u>1.315</u>	<u>65.616</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os saldos de mútuos e contas correntes de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3% a.a..

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2012				
	Fixa	Variável	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	9.420	7.570	153	256	17.399
Diretores não estatutários	5.870	4.718	187	506	11.281
	<u>15.290</u>	<u>12.288</u>	<u>340</u>	<u>762</u>	<u>28.680</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram exercidas as opções de compra de 388.800 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 6,75 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo.

2011

	Fixa	Variável	Plano de aposen- tadoria	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	9.002	7.699	112	16.813
Diretores não estatutários	5.314	3.069	167	8.550
	<u>14.316</u>	<u>10.768</u>	<u>279</u>	<u>25.363</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram exercidas as opções de compra de 1.068.901 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 5,75 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo.

15 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
Moeda nacional						
FINAME	6,41	2015 a 2022	12.067	9.474	18.627	13.356
Empréstimos bancários	6,43	2013 a 2021	929	1.414	28.864	8.980
FINEP	4,76	2014 a 2020	118.034	107.312	132.902	116.156
Pré-embarque especial (*)	5,33	2013	360.282	648.166	360.282	648.166
Moeda estrangeira						
Adiantamentos de contratos de câmbio	2,15	2013	52.883	20.666	59.301	20.666
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	4,11	2013	14.836	48.272	14.836	48.272
Financiamento em dólares	2,03	2013	-	-	10.750	19.377
Financiamento em pesos argentinos	19,44	2013	-	-	8.245	4.885
Financiamento em pesos colombianos	6,97	2013 a 2015	-	-	12.217	11.563
Financiamento em rupias indianas	4,45	2013 a 2026	-	-	5.297	13.617
Financiamento em rands	8,50	2014	-	-	30	-
Financiamento em remimbi	5,69	2013	-	-	10.846	6.237
Financiamento em dólares australianos	4,96	2013 a 2015	-	-	63.687	-
Partes relacionadas	Libor + 3,00	-	20	30	-	-
Captações no mercado aberto						
Moeda nacional						
BNDES	TJLP + 1,00	2018	-	-	614.844	571.063
			<u>559.051</u>	<u>835.334</u>	<u>1.340.728</u>	<u>1.482.338</u>
Passivo circulante			<u>(452.445)</u>	<u>(376.839)</u>	<u>(757.412)</u>	<u>(612.529)</u>
Passivo não circulante			<u>106.606</u>	<u>458.495</u>	<u>583.316</u>	<u>869.809</u>

(*) Corresponde a uma linha de crédito do BNDES destinada a produção direcionada a exportação, devendo o embarque dos mesmos ocorrer em até a data limite de 3 anos.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
De 13 a 24 meses	22.895	395.935	202.861	564.100
De 25 a 36 meses	62.047	52.894	342.839	295.874
Após 36 meses	21.664	9.666	37.616	9.835
	<u>106.606</u>	<u>458.495</u>	<u>583.316</u>	<u>869.809</u>

(a) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 18.627 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 13.356 em 31 de dezembro de 2011) e o empréstimo bancário da modalidade FINEP possui garantia com bens imóveis no valor de R\$ 15.800 e fianças bancárias.

(b) Captações no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre as mesmas incidem encargos financeiros de 1% ao ano mais a variação da TJLP.

O valor de face e valor justo das captações no mercado aberto são:

	Valor de face (futuro)		Valor justo (presente)	
	2012	2011	2012	2011
De 1 a 12 meses	217.468	210.516	194.334	182.722
De 13 a 24 meses	179.057	173.205	164.158	154.728
De 25 a 36 meses	126.375	124.076	118.264	113.802
Após 36 meses	142.365	127.134	138.088	119.811
	<u>665.265</u>	<u>634.931</u>	<u>614.844</u>	<u>571.063</u>

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproximam do seu valor justo.

16 Provisões

(a) Cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

<u>Natureza da provisão</u>	<u>Controladora</u>			
	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>
Cível	181	147	200	83
Trabalhista	2.314	4.628	1.733	3.465
Tributário	4.108	151.888	4.108	169.520
	<u>6.603</u>	<u>156.663</u>	<u>6.041</u>	<u>173.068</u>

<u>Natureza da provisão</u>	<u>Consolidado</u>			
	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>
Cível	581	609	582	83
Trabalhista	6.117	4.628	4.069	3.465
Tributário	11.665	170.818	11.421	185.538
	<u>18.363</u>	<u>176.055</u>	<u>16.072</u>	<u>189.086</u>

<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cível	964	964	1.583	1.503
Trabalhista	319	436	2.072	1.454
Tributário	4.564	3.206	9.335	7.362
	<u>5.847</u>	<u>4.606</u>	<u>12.990</u>	<u>10.319</u>

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(ii) Tributárias

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

. Provisionadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
ICMS - transferências de créditos (i)	3.144	3.144	3.144	3.144
COFINS - majoração de alíquota (ii)	-	-	7.362	7.118
Outras contingências de menor valor	964	964	1.159	1.159
	<u>4.108</u>	<u>4.108</u>	<u>11.665</u>	<u>11.421</u>

- (i) Contingência relativa à discussão sobre ICMS - transferência de créditos decorrentes de exportação.
- (ii) Contingência relativa à COFINS - majoração da alíquota, levada a efeito pela Lei 9.718/98. Os processos estão em andamento no âmbito judicial.

• **Não provisionadas**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
PIS, COFINS e FINSOCIAL - compensações	5.156	4.762	5.156	4.762
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	2.035	1.880	2.035	1.880
IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via <i>tradings</i> (i)	114.083	159.953	114.083	159.953
IRPJ e CSLL – lucros no exterior (ii)	12.089	-	12.089	-
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (iii)	-	-	13.866	13.013
ICMS – documentos fiscais inidôneos (iv)	10.808	-	10.808	-
ISS - serviços tomados de terceiros	3.168	2.925	3.168	2.925
INSS – serviços tomados de pessoas jurídicas	4.549	-	4.549	-
Outras contingências de menor valor	-	-	5.064	3.005
	<u>151.888</u>	<u>169.520</u>	<u>170.818</u>	<u>185.538</u>

- (i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a discussões sobre o IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via *Tradings* controladas localizadas em centros *off-shore*, realizadas nos anos de 1999 a 2007, que no entender do fisco caracterizam uma operação simulada. Os processos se encontram em tramitação no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Em setembro de 2011, em julgamento dos processos relativos aos anos-calendário de 2001-2007, o CARF, por unanimidade, deu provimento ao recurso da empresa, cancelando integralmente os autos de infração. Em julho de 2012 a decisão acima referida foi confirmada pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O processo em relação ao ano-calendário de 2003 já transitou em julgado.
- (ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a consolidação no Exterior de resultados de controladas indiretas, antes do oferecimento dos lucros à tributação no Brasil. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento.
- (iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.
- (iv) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo.

Outros processos de menor valor, totalizando R\$ 19.972 (R\$ 12.572 em 31 de dezembro de 2011) a controlada, cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis.

(b) Contingências ativas

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

Natureza do ativo	Consolidado			
	2012		2011	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Contingente				
Tributário	9.605	8.550	19.000	17.270
Previdenciário	-	1.855	3.320	1.715
	<u>9.605</u>	<u>10.405</u>	<u>22.320</u>	<u>18.985</u>

(i) Contingências tributárias ativas

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

- Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.
- Empréstimo Compulsório Eletrobrás.
- ICMS sobre materiais de uso e consumo.

(ii) Contingências previdenciárias ativas

- Contribuição Social Previdenciária – INSS.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os reconhece após o transitado em julgado ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

17 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados

A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), Syncroparts, Trading, Polo Serviços, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No exercício de 2012 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 9.670 (R\$ 8.845 em 2011). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional.

Na data-base de 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais	(231.722)	(159.903)	(233.440)	(159.903)
Valor justo dos ativos do plano	188.665	160.291	190.072	160.291
Superávit não sujeito a reembolso ou de redução nas contribuições futuras	-	(388)	-	(388)
Passivo a ser reconhecido	<u>(43.057)</u>	<u>-</u>	<u>(43.368)</u>	<u>-</u>

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras. Consequentemente o ativo decorrente do superávit dos planos não foram contabilizados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Em 1º de janeiro	388	2.434	388	2.434
Contribuições dos participantes do plano	8.497	7.741	8.602	7.741
Perdas (ganhos) atuariais	(51.586)	(8.862)	(51.871)	(8.862)
(Despesa) Receita anual líquida reconhecida	<u>(356)</u>	<u>(925)</u>	<u>(487)</u>	<u>(925)</u>
Em 31 de dezembro	<u>(43.057)</u>	<u>388</u>	<u>(43.368)</u>	<u>388</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Em 1º de janeiro	160.291	144.201	160.291	144.201
Contribuição dos patrocinadores	8.497	7.741	8.602	7.741
Contribuição dos empregados	559	445	569	445
Benefícios pagos	(6.475)	(5.788)	(6.475)	(5.788)
Retorno esperado dos ativos do plano	26.578	16.400	27.870	16.400
Ganhos (perdas) atuariais	<u>(785)</u>	<u>(2.708)</u>	<u>(785)</u>	<u>(2.708)</u>
Em 31 de dezembro	<u>188.665</u>	<u>160.291</u>	<u>190.072</u>	<u>160.291</u>

A movimentação da obrigação atuarial nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Em 1º de janeiro	159.903	141.767	159.903	141.767
Ganhos (perdas) atuariais	57.873	6.184	59.352	6.184
Custo dos serviços correntes	4.134	3.805	4.283	3.805
Custo financeiro	15.728	13.935	15.808	13.935
Contribuições dos empregados	559	-	569	-
Benefícios pagos	<u>(6.475)</u>	<u>(5.788)</u>	<u>(6.475)</u>	<u>(5.788)</u>
Em 31 de dezembro	<u>231.722</u>	<u>159.903</u>	<u>233.440</u>	<u>159.903</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custo dos serviços correntes	4.134	3.805	4.283	3.805
Custo financeiro	15.728	13.935	15.808	13.935
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(19.894)	(16.400)	(19.997)	(16.400)
Contribuições de empregados	-	(415)	-	(415)
Total incluído nos custos de pessoal	(32)	925	94	925

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

. Hipóteses econômicas

	Percentual a.a.			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Taxa de desconto (*)	8,64	10,08	8,64	10,08
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	8,64	12,39	8,64	12,39
Aumentos salariais futuros	7,63	7,37	7,63	7,37
Inflação	4,50	4,24	4,50	4,24

(*) A taxa de desconto é composto de : inflação 4,50% a.a. mais juros 3,96% a.a para o ano de 2012 (inflação de 4,24% a.a. mais juros de 5,60% a.a. para o ano de 2011).

. Hipóteses demográficas

	Percentual a.a.			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade e inválidos	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo				
Provisão para assistência técnica	19.753	20.407	25.223	24.230
Provisão para comissões	26.595	20.815	31.470	26.116
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.004	10.164	18.109	47.112
Provisão participação nos resultados	26.636	34.015	32.417	41.651
Provisão para contingências	6.603	6.041	18.363	16.072
Provisão sobre avais com terceiros	704	1.414	704	1.414

Provisão para perdas nos estoques	417	389	4.366	3.014
Provisões para serviços de terceiros	16.583	14.416	16.583	7.163
Benefícios a empregados	43.057	-	43.368	-
Apropriação (ganhos) perdas com derivativos	(3.380)	3.639	(3.276)	4.690
Ajuste a valor presente	2.908	2.155	2.908	2.844
Outras provisões	(18.668)	(6.466)	9.347	27.117
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	77	321
Base de cálculo	122.212	106.989	199.659	201.744
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.552	36.376	67.884	68.593

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
De 13 a 24 meses	41.552	36.376	67.884	68.593
	41.552	36.376	67.884	68.593

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Conciliação				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	351.639	431.255	409.143	495.960
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
	119.557	146.627	139.109	168.626
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(32.183)	(43.505)	(3.194)	(2.857)
Juros sobre capital próprio	(21.436)	-	(21.436)	-
Incentivo fiscal PDI (i)	(9.078)	(11.759)	(9.078)	(11.759)
Participação dos administradores	(2.574)	(2.617)	(2.574)	(2.617)
IR/CS sobre resultados no Exterior	(578)	1.683	(578)	1.683
Outras adições (exclusões)	1.946	(1.477)	4.567	(1.139)
	55.654	88.952	106.816	151.937
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(60.830)	(111.282)	(106.107)	(177.215)
Diferido	5.176	22.330	(709)	25.278
	55.654	88.952	106.816	151.937

- (i) Incentivo – Programa de desenvolvimento industrial;
- (ii) Impostos sobre provisões tributárias

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da controladora é de 2.100.000.000 ações, sendo 700.000.000 ações ordinárias e 1.400.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 448.450.042 (448.450.042 em 31 de dezembro de 2011) ações nominativas, sendo 170.812.872 ordinárias e 277.637.170 preferenciais, sem valor nominal.

Do total do capital subscrito, 147.242.700 (144.956.838 em 31 de dezembro de 2011) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior.

(b) Reservas

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reservas estatutárias

A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

- . Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social.
- . Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.
- . Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

(c) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 1.298.240 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 6,0073 (em reais um) por ação. O valor das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 7.798. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

20 Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 e dividendos

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Marcopolo calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 63.046

(R\$ 54.509 em 2011) sendo R\$ 15.648 pagos a partir de 29 de junho de 2012, na razão de R\$ 0,035 para cada ação, R\$ 15.650 pagos a partir de 28 de setembro de 2012, na razão de R\$ 0,035 para cada ação, R\$ 15.650 pagos a partir de 28 de dezembro de 2012, na razão de R\$ 0,035 para cada ação e R\$ 16.097 a serem pagos a partir de 28 de março de 2013, na razão de R\$ 0,036 para cada ação, tanto para as ações ordinárias escriturais, como para as ações preferenciais escriturais, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 21.436 (R\$ 18.533 em 2011), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Marcopolo propôs dividendos por conta do presente exercício, no valor de R\$ 80.040 (R\$ 111.593 em 2011) a serem pagos a partir de 28 de março de 2013, a razão de R\$ 0,36 por ação representativa do capital social da Companhia, aprovados em 19 de dezembro de 2012, pela Reunião do Conselho de Administração.

Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício (Controladora)	295.985	342.303
Reserva legal (5%)	<u>(14.799)</u>	<u>(17.115)</u>
Base de cálculo para dividendos	281.186	325.188
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)	70.296	81.297
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	<u>72.790</u>	<u>84.805</u>
Total de dividendos propostos pela Administração	<u>143.086</u>	<u>166.102</u>
Dividendos intermediários pagos	48.676	40.281
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar – passivo circulante	21.620	41.016
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	72.790	84.805
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	63.046	54.509
Imposto de renda na fonte (15%)	(9.457)	(8.176)
Imposto de renda na fonte retenção suspensa	<u>2.540</u>	<u>1.986</u>
Valor líquido dos juros creditados	56.129	48.319
Dividendos creditados antecipadamente	<u>80.040</u>	<u>111.593</u>
Valor líquido dos juros, dividendos creditados e propostos	<u><u>136.169</u></u>	<u><u>159.912</u></u>

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2011 como obrigações legais (provisões no passivo circulante) e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de resultados a distribuir.

21 Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores

independentes.

As principais coberturas de seguro são:

Natureza do ativo	Valor patrimonial	Consolidado	
		2012	2011
Estoques e almoxarifados	Incêndio e riscos diversos	353.856	407.869
Prédios e conteúdos	Incêndio e riscos diversos	513.853	515.007
Veículos	Colisão, responsabilidade civil	23.900	20.497
		<u>891.609</u>	<u>943.373</u>

22 Avais, fianças e garantias

A Companhia tinha contratado, em 31 de dezembro de 2012, avais e/ou fianças no montante de R\$ 11.047 (R\$ 20.826 em 2011), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados.

23 Participação de empregados nos lucros e resultados

No exercício social de 2012, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a Administração optou pelo pagamento semestral, tendo pago em julho de 2012 uma parcela, e o saldo em fevereiro de 2013.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo (EFIMAR), datado em 22 de março de 2012, homologado no sindicato da categoria.

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custo dos produtos e serviços vendidos	28.236	33.225	34.825	41.265
Despesas com vendas	4.075	5.562	4.252	5.832
Despesas de administração	3.557	4.623	5.182	6.234
	<u>35.868</u>	<u>43.410</u>	<u>44.529</u>	<u>53.331</u>

24 Receita

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Vendas brutas de produtos e serviços	3.062.488	2.773.698	4.647.747	4.133.517
Impostos sobre vendas e devoluções	(639.819)	(570.487)	(830.613)	(764.641)
Receita líquida	<u>2.422.669</u>	<u>2.203.211</u>	<u>3.817.134</u>	<u>3.368.876</u>

25 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Matérias-primas e materiais de consumo	1.802.541	1.589.671	2.752.087	2.404.363
Remuneração direta	280.116	275.902	500.613	418.568
Remuneração dos administradores	17.436	15.842	17.436	15.842
Participação dos empregados nos lucros e resultados	35.868	43.410	44.259	53.331
Encargos de depreciação, amortização	22.034	20.425	48.567	35.584
Despesas com previdência privada	9.670	8.845	9.670	8.845
Outras despesas	13.902	8.196	61.953	8.966
Custo total das vendas, de distribuição e despesas administrativas	2.181.567	1.962.291	3.434.585	2.945.499

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias recebidos	12.563	12.900	15.585	16.941
Juros sobre derivativos	14.606	14.051	17.285	15.643
Rendas de aplicações financeiras	54.118	82.480	60.651	87.703
Variação cambial	48.478	39.944	54.451	54.532
Variação cambial sobre derivativos	25.941	28.909	28.121	29.605
Ajuste a valor presente de contas a receber	23.417	31.605	33.574	45.411
	179.123	209.889	209.667	249.835
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	35.464	36.817	49.965	45.159
Variação cambial	46.801	29.034	54.848	46.267
Variação cambial sobre derivativos	47.048	49.526	53.756	56.195
Despesas bancárias	4.327	4.863	9.871	6.313
Ajuste a valor presente de fornecedores	17.168	21.476	23.310	28.423
	150.808	141.716	191.750	182.357
Resultado financeiro, líquido	28.315	68.173	17.917	67.478

27 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo				
De operações continuadas	295.985	342.303	302.357	344.023
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	447.152	446.372	447.152	446.372
Lucro por ação - operações continuadas	0,6619	0,7669	0,6762	0,7707

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo				
De operações continuadas	295.985	342.303	302.357	344.023
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	447.152	446.372	447.152	446.372
Ajustes de				
Exercício das opções de compra de ações	1.298	2.078	1.298	2.078
Lucro por ação - operações continuadas	0,6600	0,7633	0,6742	0,7671

28 Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento

O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

Balanços patrimoniais

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	393.945	904.318	359.564	850.257	34.381	54.061
Ativos financeiros mensurados ao valor junto através do resultado	132.167	1.803	132.167	1.803	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.523	591	3.523	591	-	-
Créditos	1.127.115	920.217	866.921	675.030	260.194	245.187
Estoques	409.502	368.330	409.502	368.330	-	-
Outras contas a receber	170.598	99.584	132.836	91.854	37.762	7.730
	<u>2.236.850</u>	<u>2.294.843</u>	<u>1.904.513</u>	<u>1.987.865</u>	<u>332.337</u>	<u>306.978</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Créditos	471.964	433.825	729	-	471.235	433.825
Outras contas a receber	88.308	199.799	81.870	183.781	6.438	16.018
Investimentos	39.198	21.802	39.198	21.802	-	-
Imobilizado	454.915	353.567	454.518	353.145	397	422
Ágio e intangível	220.840	77.295	220.498	76.974	342	321
	<u>1.275.225</u>	<u>1.086.288</u>	<u>796.813</u>	<u>635.702</u>	<u>478.412</u>	<u>450.586</u>
Total do ativo	<u>3.512.075</u>	<u>3.381.131</u>	<u>2.701.326</u>	<u>2.623.567</u>	<u>810.749</u>	<u>757.564</u>

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	382.264	324.261	382.264	324.261		
Empréstimos e financiamentos	757.412	612.529	563.078	429.807	194.334	182.722
Instrumentos financeiros derivativos	247	4.690	247	4.690		
Outras contas a pagar	356.856	379.785	338.945	352.697	17.911	27.088
	<u>1.496.779</u>	<u>1.321.265</u>	<u>1.284.534</u>	<u>1.111.455</u>	<u>212.245</u>	<u>209.810</u>
Não circulante						
Instituições financeiras	583.316	869.809	162.806	481.468	420.510	388.341
Outras contas a pagar	119.536	18.565	119.225	18.565	311	-
	<u>702.852</u>	<u>888.374</u>	<u>282.031</u>	<u>500.033</u>	<u>420.821</u>	<u>388.341</u>
Participação de acionistas não controladores	<u>12.519</u>	<u>9.348</u>	<u>12.519</u>	<u>9.348</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	<u>1.299.925</u>	<u>1.162.144</u>	<u>1.122.242</u>	<u>1.002.731</u>	<u>177.683</u>	<u>159.413</u>
Total do passivo	<u>3.512.075</u>	<u>3.381.131</u>	<u>2.701.326</u>	<u>2.623.567</u>	<u>810.749</u>	<u>757.564</u>

Demonstrações de resultado

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Demonstrativo de resultado						
Receita líquida	3.817.134	3.368.876	3.755.961	3.309.372	61.173	59.504
Custo dos produtos vendidos	(3.041.141)	(2.627.180)	(3.041.141)	(2.627.180)	-	-
Lucro bruto	775.993	741.696	714.820	682.192	61.173	59.504
Despesas (receitas) operacionais						
Com vendas	(220.223)	(173.520)	(217.276)	(174.568)	(2.947)	1.048
Despesas de administração	(173.221)	(144.799)	(160.645)	(131.831)	(12.576)	(12.968)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(683)	(3.299)	942	1.336	(1.625)	(4.635)
Resultado da equivalência patrimonial	9.390	8.404	9.390	8.404	-	-
Lucro operacional antes das participações societária e do resultado financeiro	391.256	428.482	347.231	385.533	44.025	42.949
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	209.667	249.835	209.667	249.835	-	-
Despesas financeiras	(191.750)	(182.357)	(191.750)	(182.357)	-	-
Lucro antes do IR e CS	409.173	495.960	365.148	453.011	44.025	42.949
Imposto renda e contribuição social	(106.816)	(151.937)	(88.545)	(134.781)	(18.271)	(17.156)
Lucro líquido do exercício	<u>302.357</u>	<u>344.023</u>	<u>276.603</u>	<u>318.230</u>	<u>25.754</u>	<u>25.793</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio - método indireto

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	302.357	344.023	276.603	318.230	25.754	25.793
Fluxos de atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	48.567	35.584	48.328	35.404	239	180
Perda na venda de ativos permanentes	1.625	9.742	1.625	9.742	-	-
Equivalência patrimonial	(9.390)	(8.404)	(9.390)	(8.404)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.155	(5.780)	12.771	(4.331)	(616)	(1.449)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	709	(25.278)	(3.494)	(26.105)	4.203	(827)
Juros e variações apropriados	47.537	53.603	14.335	20.609	33.202	32.994
Participações dos não controladores	2.328	879	2.328	879	-	-
Varição nos ativos e passivos						
(Aumento) redução contas a receber de clientes	(246.010)	(106.816)	(194.209)	(78.771)	(51.801)	(28.045)
(Aumento) redução nos estoques	(29.628)	(54.468)	(29.628)	(54.468)	-	-
(Aumento) redução outras contas a receber	(73.197)	56.970	(52.745)	52.302	(20.452)	(4.668)
(Aumento) redução títulos e valores mobiliários	(16.925)	63.424	(16.925)	63.424	-	-
Aumento (redução) fornecedores	49.585	16.391	49.585	16.391	-	-
Aumento (redução) passivos atuariais	43.368	-	43.057	-	311	-
Aumento (redução) contas a pagar e provisões	105.918	179.131	106.715	158.671	(797)	31.450
Caixa gerado nas atividades operacionais	238.999	559.001	248.956	503.573	(9.957)	55.428
Impostos sobre o lucro pagos	(106.107)	(177.215)	(92.039)	(160.886)	(14.068)	(16.329)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	132.892	381.786	156.917	342.687	(24.025)	39.099
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos	(12.024)	(86)	(12.024)	(86)	-	-
Dividendos de subsidiárias	4.100	6.383	4.100	6.383	-	-
Adições do permanente	(270.352)	(80.124)	(270.117)	(79.918)	(235)	(206)
Recebimento na venda ativo imobilizado	1.044	(835)	1.044	(835)	-	-
Caixa líquido obtido das atividades de investimentos	(277.232)	(74.662)	(276.997)	(74.456)	(235)	(206)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Ganho na alienação de ações em tesouraria	5.266	781	5.266	781	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(167.137)	(149.376)	(161.137)	(143.256)	(6.000)	(6.120)
Captação de empréstimos e financiamentos	538.478	479.205	291.363	289.393	247.115	189.812
Pagamento de empréstimos e juros	(744.884)	(408.641)	(508.349)	(185.926)	(236.535)	(222.715)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(368.277)	(78.031)	(372.857)	(39.008)	4.580	(39.023)
Varição cambial s/caixa e equivalentes de caixa	2.244	3.102	2.244	3.102	-	-

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(510.373)	232.195	(490.693)	232.325	(19.680)	(130)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	904.318	672.123	850.257	617.932	54.061	54.191
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	393.945	904.318	359.564	850.257	34.381	54.061

30 Demonstrações financeiras consolidadas e por segmento, conforme as novas normas e interpretações.

Considerando a entrada em vigor do IFRS10/CPC 36 (R3) e IFRS 11/CPC 19 (R2) a partir do exercício de 2013, a companhia está demonstrando os efeitos desses novos *Standards* sobre as demonstrações financeiras consolidadas para o ano de 2012. A Companhia somente adotará o novo padrão a partir da aprovação e vigência dessas normas.

	<u>Consolidado</u>		<u>Industrial</u>		<u>Financeiro</u>	
	<u>2012</u>		<u>2012</u>		<u>2012</u>	
	<u>Atual</u>	<u>IFRS 10</u>	<u>Atual</u>	<u>IFRS 10</u>	<u>Atual</u>	<u>IFRS 10</u>
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	393.945	374.219	359.564	339.838	34.381	34.381
Ativos financeiros mensurados ao valor junto através do resultado	132.167	131.763	132.167	131.763		
Instrumentos financeiros derivativos	3.523	3.523	3.523	3.523		
Créditos	1.127.115	1.069.324	866.921	809.130	260.194	260.194
Estoques	409.502	364.529	409.502	364.529		
Outras contas a receber	170.598	143.970	132.836	106.208	37.762	37.762
	<u>2.236.850</u>	<u>2.087.328</u>	<u>1.904.513</u>	<u>1.754.991</u>	<u>332.337</u>	<u>332.337</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Créditos	471.964	471.235	729		471.235	471.235
Outras contas a receber	88.308	102.439	81.870	96.001	6.438	6.438
Investimentos	39.198	155.954	39.198	155.954		
Imobilizado	454.915	298.808	454.518	298.411	397	397
Ágio e intangível	220.840	213.659	220.498	213.317	342	342
	<u>1.275.225</u>	<u>1.242.095</u>	<u>796.813</u>	<u>763.683</u>	<u>478.412</u>	<u>478.412</u>
Total do ativo	3.512.075	3.329.423	2.701.326	2.518.674	810.749	810.749
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	382.264	333.431	382.264	333.431		
Empréstimos e financiamentos	757.412	722.468	563.078	528.134	194.334	194.334
Instrumentos financeiros derivativos	247	247	247	247		
Outras contas a pagar	356.856	317.739	338.945	299.828	17.911	17.911
	<u>1.496.779</u>	<u>1.373.885</u>	<u>1.284.534</u>	<u>1.161.640</u>	<u>212.245</u>	<u>212.245</u>

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2012		2012		2012	
	Atual	IFRS 10	Atual	IFRS 10	Atual	IFRS 10
Não circulante						
Instituições financeiras	583.316	527.997	162.806	107.487	420.510	420.510
Outras contas a pagar	119.536	115.097	119.225	114.786	311	311
	<u>702.852</u>	<u>643.094</u>	<u>282.031</u>	<u>222.273</u>	<u>420.821</u>	<u>420.821</u>
Participação de acionistas não controladores	<u>12.519</u>	<u>12.519</u>	<u>12.519</u>	<u>12.519</u>		
Patrimônio líquido	<u>1.299.925</u>	<u>1.299.925</u>	<u>1.122.242</u>	<u>1.122.242</u>	<u>177.683</u>	<u>177.683</u>
Total do passivo	<u>3.512.075</u>	<u>3.329.423</u>	<u>2.701.326</u>	<u>2.518.674</u>	<u>810.749</u>	<u>810.749</u>

Demonstrações de resultado

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2012		2012		2012	
	Atual	IFRS 10	Atual	IFRS 10	Atual	IFRS 10
Demonstrativo de resultado						
Receita líquida	3.817.134	3.369.939	3.755.961	3.308.766	61.173	61.173
Custo dos produtos vendidos	(3.041.141)	(2.676.953)	(3.041.141)	(2.626.953)		
Lucro bruto	775.993	692.986	714.820	631.813	61.173	61.173
Despesas (receitas) operacionais						
Com vendas	(220.223)	(195.562)	(217.276)	(192.615)	(2.947)	(2.947)
Despesas de administração	(173.221)	(150.823)	(160.645)	(138.247)	(12.576)	(12.576)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(683)	455	942	2.080	(1.625)	(1.625)
Resultado da equivalência patrimonial	9.390	28.257	9.390	28.257		
Lucro operacional antes das participações societária e do resultado financeiro	391.256	375.313	347.231	331.288	44.025	44.025
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	209.667	200.953	209.667	200.953		
Despesas financeiras	(191.750)	(175.342)	(191.750)	(175.342)		
Lucro antes do IR e CS	409.173	400.924	365.148	356.899	44.025	44.025
Imposto renda e contribuição social	(106.816)	(98.567)	(88.545)	(80.296)	(18.271)	(18.271)
Lucro líquido do exercício	<u>302.357</u>	<u>302.357</u>	<u>276.603</u>	<u>276.603</u>	<u>25.754</u>	<u>25.754</u>

31 Informação adicional

O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

(a) Receita líquida por região geográfica

	Consolidado	
	2012	2011
Brasil	3.032.306	2.849.156
África	72.506	53.991
Argentina	67.302	96.783
Austrália	259.732	-
China	35.414	22.708
Colômbia	90.178	125.116
Índia	113.229	88.493

México	137.678	122.016
Portugal	-	698
Ilhas Virgens	-	2.912
Rússia	618	441
Egito	8.171	6.562
	<u>3.817.134</u>	<u>3.368.876</u>

(b) Ativos imobilizado, ágio e intangível por região geográfica

	Consolidado	
	2012	2011
Brasil	387.655	323.203
África	14.493	15.329
Argentina	8.535	9.094
Austrália	159.331	-
China	3.631	1.755
Colômbia	17.117	14.332
Egito	25.085	25.358
Índia	46.573	35.756
Ilhas Virgens	3	5
México	13.242	5.977
Portugal	8	11
Rússia	46	2
Uruguai	36	40
	<u>675.755</u>	<u>430.862</u>

32 Eventos subsequentes

Contrato de investimento estratégico

A Marcopolo informa que assinou em 23 de janeiro de 2013, contrato de investimento estratégico no valor de C\$ 116,4 milhões (dólares canadenses) para subscrever 11.087.834 novas ações ordinárias a serem emitidas pela New Flyer Industries Inc., representando 19,99% do capital social dessa companhia.

As ações ordinárias serão emitidas ao preço de C\$10,50 por ação. Na primeira etapa a Marcopolo subscreverá 4.925.530 novas ações ordinárias a serem emitidas em ou até 01 de março de 2013 pelo valor de C\$51,7 milhões, e as demais 6.162.304 ações ordinárias serão subscritas pela Marcopolo pelo mesmo preço unitário em uma única parcela em até doze meses a partir desta data com base na necessidade de investimento ou de financiamento da New Flyer. O investimento está sujeito à aprovação da Bolsa de Valores de Toronto, Canadá.

* * *